<https://prezi.com/view/XL2GCe2ZrLkEKzNS2gAH/>

Exploring trauma to produce subordination
The Stockholm syndrome and Milgram's experience are shocking. They raise doubts about the value of human intellect. They show fragilities of individual autonomy ideally suited to be free, rational and fraternal. They also show the cognitive obstacles that the presumption of spontaneous individual autonomy generates for the understanding of the phenomena as the power, the transmission of social experiences, the existence of states of mind as a substrate of collective intellect, the animal background of human life.

This article establishes the hypothesis of the social functionality of intentional and at the same time unconscious, way of creating and reproducing social discriminations. The modern production of sacrificial traumas, both social and institutional, is in place, even differently from traditional ways to do that. Modern societies cultivate a part of the population, the lumpenproletariat, by trauma infliction as a way to introduce state repression against those obstructing the course of power, avoiding opportunities and legitimacy of human emancipation from its sacrificial condition, imprisoning it to the function of human resources at the service of the capitalist state.

In practice, the policies of harm reduction and the abolition of injustices in prisons, as outside of it, are not only relativized. They are denied. Priority is about security. Even when political rhetoric is reformist, resocializing as human rights are not serious political priorities. States - through international conventions against torture - recognize the inevitability of creating such conditions for the production and reproduction of torture in such institutional settings as prisons, barracks and alike. In the same way that the Catholic Church is involved in the Herculean and protracted task of abolishing the sexual abuse of children in her womb. The Church intentionally and secretly adopted children as potential sacrifice objects.

Explorar o trauma para produzir subordinação

A síndrome de Estocolmo e a experiência de Milgram espantam por suscitarem dúvidas sobre o valor da inteligência humana. Mostram fragilidades da autonomia individual idealmente própria das pessoas livres, racionais e fraternas entre iguais. Mostram também os obstáculos cognitivos que a presunção da espontânea autonomia individual gera para a compreensão dos fenómenos de poder, da transmissão de experiências sociais, da existência de estados de espírito como substracto da inteligência colectiva, pano de fundo da vida humana.

Este artigo estabelece a hipótese de haver uma relação entre a produção moderna de traumas, social e institucional, como modo intencional e, ao mesmo tempo inconsciente, de criar e reproduzir descriminações sociais, mantendo uma parte da população traumatizada como modo de evitar emancipação da humanidade da sua condição sacrificial, prendendo-a à função de recursos humanos ao serviço do estado capitalista.

Na prática, as políticas de redução de danos e de abolição das injustiças nas prisões são não apenas relativizadas. São negadas pela prioridade única à segurança, mesmo quando a retórica política é reformista, isto é, ressocializadora. Os estados – através da convenções internacionais contra a tortura – reconhecem a inevitabilidade de, em tais ambientes institucionais, se criarem as condições para a produção e reprodução de torturas. Do mesmo modo que a Igreja Católica está envolvida na tarefa hercúlea e prolongada de abolir os abusos sexuais de crianças no seu seio, depois de os ter adoptado secretamente como parte ou risco do seu magistério.

# Psiquiatria social dos traumas

A síndrome de Estocolmo refere a grande frequência com que pessoas sequestradas adoptam para si, incorporam, as explicações justificativas usadas pelos sequestradores. Facto contraditório com a presunção liberal de haver uma tendência espontânea das pessoas para adoptar posturas ditadas pelos seus interesses pessoais. A experiência de Milgram regista a alta frequência com que as pessoas se dispõem a sacrificar outras às ordens de terceiras, que se apresentam como autoridades. Facto contraditório com o uso espontâneo da liberdade individual para o bem comum, numa sociedade hierarquizada.

No campo da psiquiatria dos traumas, [Jana Javakhishvili](https://www.estss.org/jana-javakhishvilis-presidential-address/) estuda o impacto do terror soviético na saúde mental das famílias vítimas da repressão. Tendo gerado evidência de esse impacto ser frequentemente maior nas gerações que não viveram directamente a repressão. As consequências dos traumas podem ser transmitidas, com eco ou com aumento de magnitude, através do sentimento de solidariedade instintiva que faz questionar os sobreviventes sobre as causas da sua sobrevivência, comparada com a penosidade ou morte das vidas alheias conhecidas.

Esta constatação coloca em crise a ideologia liberal de autonomia espontânea das pessoas relativamente às outras e a teoria geral das ciências sociais de haver uma oposição entre os indivíduos e as sociedades, a ponto de cada individuo dever ser tratado por uma disciplina psicológica ou psiquiátrica isolada das teorias sociológicas, sem comunicação entre si. As ligações traumáticas intra e inter gerações de famílias podem estar relacionadas com a estabilidade histórica dos padrões de mobilidade social, redescoberta por Gregory Clark (2014), depois de estudos como os de Bourdieu (Bourdieu & Passeron, 1970), e negada pelo consenso entre os cientistas sociais que caracterizam a modernização como uma era de ascensão do estatuto social das populações jamais experimentado.

Tecnicamente, faz-se a diferença entre a mobilidade social absoluta, sinalizada, por exemplo, pelo acesso a valor monetário, a profissões especializadas, a certificados escolares, pelo valor absoluto do número de pessoas que vivem vidas de classe média ou superior, e a mobilidade relativa, a comparação entre o acesso a recursos entre os mais ricos e os mais pobres. Ambas estas mobilidades aumentaram. O que Clark mostra é que, igualmente em condições de modernidade e na Idade Média, no Ocidente e na Índia, a probabilidade de uma pessoa abandonar a posição social herdada se mantém a mesma, histórica e geograficamente. A probabilidade de mobilidade relativa caracteriza-se por ter sentido negativo para as heranças acima da média e positivo para as heranças abaixo da média. A mobilidade relativa, porém, é tão lenta, em todos os casos, que entre as gerações que se conhecem mutuamente tudo funciona como se houvesse reprodução social dos estatutos sociais herdados.

Costuma dizer-se que a modernização trouxe grandes avanços tecnológicos e práticos, mas, ao mesmo tempo, não ocorreram avanços equivalentes em termos morais, em termos de justiça social. Havendo quem argumente terem-se verificado recuos morais importantes, seja a nível económico (Nunes, 2003), seja a nível ambiental (Acosta, 2013; Diamond, 2008).

São medidas possíveis da moralidade social no mundo as prisões e a xenofobia. O recurso a práticas de retaliação organizadas institucionalmente, para oferecer aos povos sentimentos de justiça através da sua exposição ao terror e à discriminação social, está indiciado no crescimento do número de presos no mundo, especialmente nas últimas décadas (Jacobson, Heard, & Fair, 2017; Wacquant, 2000). Todos os estados encarceram populações de forma discriminatória, sendo presos os desvalidos e mantendo-se relativamente impunes os que tenham recursos para se defenderem em tribunal. As bases étnicas da discriminação criminal são evidentes, por toda a parte. O retorno de políticas de base xenófoba ao ocidente foi antecipada por políticas de encarceramento à margem de razões criminais (Palidda & Garcia, 2010) inscritas nos campos de detenção de imigrantes, nas práticas de segregação social urbana, nas políticas belicistas e de não reconhecimento do estatuto legal de refugiados.

A hipótese de haver uma relação entre a produção moderna de traumas, social e institucional, e a continuidade da manutenção das desigualdades sociais, mediada pela discriminação contra a parte da população mais traumatizada e, por isso, mais susceptível à revitimação, pode ajudar a explicar as resistências e as dificuldades práticas para a realização do que alguns autores chamam emancipação da humanidade da sua condição pré-moderna. O estacionamento do progresso, em particular a continuação e até intensificação da exploração do trabalho e da Terra pelo capitalismo, não é um sinal de inteligência nem de moralização da vida humana. A produção moderna de guerras e de misérias é instrumento, quiçá o principal, da produção de traumas incapacitantes da acção social emancipatória. Sem o que o industrialismo seria impraticável, por falta de recursos humanos.

# Trauma como fenómeno de poder

A emergência de efeitos de trauma, em modernidade, é socialmente tomada como um sinal de fragilidade individual, falta de resiliência. Sinal a esconder por parte das vítimas e de seus próximos, de modo a evitar efeitos de estigmatização social e consequente revitimação. Mas, assim, o secretismo maximiza os efeitos psicológicos descontrolados dos traumas, pessoal e socialmente. Como uma profecia que se auto-realiza, os traumatizados reconhecem-se como legitimamente socialmente marginais, devido à sua fragilidade, e escondem-se, iludindo a produção de evidências sobre os processos sociais e institucionais de traumatização de que são alvo.

São características dos traumas serem reprimidos psicologicamente como forma de evitar estigmas sociais. Isto é, são fenómenos cujos efeitos são recalcados pelas vítimas, de modo a minimizar as probabilidades de estas serem sujeitas a tratamentos sociais degradantes que as sociedades entendam apropriados para combater a difusão das fragilidades de quem viveu a experiência de vitimação. Esses combates sociais contra a vitimação, que reproduz as vítimas recorrendo à segregação, ao ostracismo, ao isolamento, às purgas, à estigmatização, à exclusão social, tal como as hordas animais abandonam aos seus destinos individuais os seus membros mais frágeis, pode ser natural. Mas, ao menos parcialmente, é produzida e explorada institucionalmente, frequentemente a pretexto de garantia de direitos às pessoas envolvidas, como no caso do direito e processo criminais. No âmbito do direito penal, a garantia de direitos é dirigida aos agressores; por sua vez, se condenados, transformados eles próprios em vítimas, nas prisões, alegando-se ser essa a única maneira de satisfazer o direito de retaliação das primeiras vítimas, entretanto abandonadas à sua sorte e aos seus traumas. Na prática, o sistema criminal selecciona socialmente as populações com quem trabalha de forma bastante evidente, sem que isso constitua óbice à manutenção de institutos cujas finalidades legais (direito nos livros) se revelam na prática muito diferentes das finalidades reais (direito nos tribunais).

Os traumas não são meros fenómenos psicológicos. São fenómenos sociais transmitidos pelas vítimas dentro da mesma geração, à distância de dezenas de anos, e são também transmitidos intergeracionalmente. A emergência de reacções pós-traumáticas dezenas de anos após o trauma acontece, na sequência de um período assintomático. A emergência de reacções pós-traumáticas também acontece em pessoas que não viveram directamente os traumas, mas mantém relações de família com quem os viveu, eventualmente de forma mais violenta do que as próprias vítimas.

Em Portugal, estima-se que 50% dos presos são filhos de pessoas que estiveram presas. Transmissão sempre para o futuro, normalmente através da geração mais nova. Mas pode acontecer também transmissão para gerações mais velhas, como no caso das mães de Maio, mães de militantes políticos desaparecidos no tempo da ditadura argentina (Robben, 2008).

Há fábricas sociais de traumas bem conhecidas, organizadas por gente poderosa. São conventos, quarteis, prisões relacionados entre si de forma clássica nas obras de Goffman e Foucault. A coberto de secretismos, como os proporcionados pelas guerras, pelos abusos sexuais, pelas segredos de estado, pelos traumas, diferentes práticas de produção intencional de traumas associam mobilização forçada (de militares, familiares e amigos, prisioneiros) e exclusão social (dos inimigos, das mulheres e crianças, dos desvalidos). As práticas de institucionalização de pessoas com autonomia reduzida, como os mancebos, os familiares a cargo, as crianças e velhos abandonados pelas famílias, produzem traumas de forma socialmente organizada, evidente, ainda que não consciente.

Dificilmente deixará de haver efeitos práticos sociais das experiências traumáticas reproduzidas espontaneamente no quotidiano, incluindo pelas vítimas, e de forma organizada, por instituições. Embora as suas causas e efeitos sejam escamoteados, a história da humanidade não poderá ser contada sem considerar tais efeitos. Tentar falar de tais assuntos, como a tortura ou os abusos sexuais associados a todas a guerras e a todas as prisões, por exemplo, implica espoletar fortes emoções de repulsa, identificada por Collins (2008) como um obstáculo à consecução de violência, expressão da natureza não violenta das pessoas. Do ponto de vista psiquiátrico, ao invés, presume-se que é exactamente a dificuldade de dialogar sobre a violência e o trauma, a falta desse liberdade, aquilo que mais dificulta a sua prevenção.

As opiniões dividem-se alinhadas com Hobbes e Rousseau, ou Maquiavel e Kant. Será a pressão das instituições que produz a pressão suficiente para que a violência espontânea seja reprimida ou, ao invés, será a reacção emocional espontânea contra a violência que limita a violência das instituições?

As entidades responsáveis pelas guerras e pelas prisões, os estados, são ao mesmo tempo fontes de traumas e de identidades sociais. Há, entre as pessoas e o poder, um misto emocional feito de ódio e amor, repugnância e atracção, antipatia e empatia, extensível às guerras, aos abusos de poder, às prisões, com que é difícil de lidar a partir dos pressupostos mecânicos que fundam a intelectualidade actual, a ciência pragmática e apologista dos interesses dos respectivos financiadores (cf. último capítulo).

Assumir responsabilidades de poder, de estado ou outro, implica assumir frieza relativamente aos traumas provocados pelo exercício do poder. Implica usar os traumas criteriosamente, como instrumentos para manter o poder e defender as instituições, sem olhar aos sacrifícios humanos exigidos. Outro modo de proceder é sentido como fraqueza. Esta pode ser fatal para quem está em posição de dominação. Revelar hesitação no esmagamento dos perigos que se enfrenta, sobretudo em público, gera oportunidades de ataque por parte dos seus inimigos e adversários, incluindo as populações em processo de emancipação.

Há uma tendência de usar a violência contra quem não esteja em posição de reagir, antes que possa estar em posição de agir. A retaliação é a justificação mais fácil para assegurar a intensificação da fragilização das fragilidades provocadas pelos confrontos de poder (Collins, 2013). No Holocausto, ou noutros genocídios, ou simplesmente no dia-a-dia da vida urbana, podem gerar-se dinâmicas de difusão da violência de cima para baixo, na escala social entendida como supremacia étnica, de género, segundo a lei do mais forte. O estado, assim como as principais empresas, evitam de forma sistemática, como medidas preventivas de segurança, admitir mostrar qualquer tipo de susceptibilidade à vitimação, pois está em causa o seu estatuto social. Reagem com violência intimidatória a qualquer desafio de entidades indefesas. Criando níveis sociais diferenciados entre os que podem ser atacados, em baixo, e aqueles com quem se negoceia em pé de igualdade e discretamente, em cima. Como se pode observar na multiplicidade de padrões de relacionamento do estado, por exemplo ao nível fiscal, com os diferentes contribuintes.

A manipulação de fontes de trauma tem efeitos políticos e económicos, tacitamente aprendidos pelas classes dominantes e pelas instituições através da experiência. O seu controlo racional e cognitivo é frequentemente impossível e é sempre difícil, como nas guerras, nas empresas, nas famílias ou nas prisões. Os escândalos são recorrentes, embora na maioria dos casos tudo se mantenha na mesma, como antes. Aprender a viver com tais riscos pessoais e sociais é uma das principais finalidades dos sistemas de educação e de saúde. O ensino tem em vista justificar a diferente sorte social em função da maior funcionalidade social presumida dos mais capazes. Por outro lado, em função dos desgastes esperados, os estados e as empresas modernos oferecem protecção hospitalar e farmacêutica na doença, mantendo algum controlo sobre os traumas físicos e desqualificando, negando, os mentais.

Para os mais poderosos, há que desenvolver sistemas de segurança e defesa, caros e pouco eficazes, mas bastante espectaculares e ameaçadores, como as polícias, as forças armadas, a propaganda política e mediática. A sociedade da vigilância (Lyon, 2001; Orwell, 1949) comercializa e politiza o amor-ódio ao sistema, à humanidade e à natureza, através de uma reificação das tecnologias (Illich, 2018; Marcuse, 1991), cujo planeamento e produção está radicalmente fora do âmbito de decisão pública, nas mãos da chamada iniciativa privada, de facto geralmente originária do e regulada pelo complexo militar-industrial imperial – através de direitos de patentes e de regulações de normas.

Característica presente nesses sistemas de segurança e defesa é a violência especial com que os actos de lesa-majestade, hostis a quem se expõe como poder, são reprimidos: são actos de auto-defesa. São também actos de contra-fogo: perante a sugestão, intencional ou não, de um símbolo de poder social ser atacado, testado na sua eventual fragilidade, quem representa o sistema de segurança desse poder terá por missão expor publicamente a destruição dessa ameaça e, desse modo, minimizar as oportunidades de contestação do poder.

A maior fragilidade dos sistemas de segurança, como dos sistemas de poder, é a dificuldade de distinção entre quem sejam as fontes de risco sistémico e quem sejam as consequências do próprio exercício do poder. Onde começam os direitos dos cidadãos que não devem ser violados e onde começa a corrupção do sistema que deve ser reprimida? O que são casos de polícia, que deve actuar imediatamente, e o que serão casos de política, em que os tribunais poderão demorar o tempo que entenderem necessário para dirimir os conflitos entre sectores em disputa. Em situação de guerra ou sob regimes autoritários, os casos de política misturam-se com os casos de polícia. A manipulação de traumas por via ideológica e escolar torna-se relativamente menos eficaz, pois em tempos de paz é essa a base da estabilidade do poder.

A extrema violência produz traumas cuja característica principal, como vimos, é o silenciar das causas do trauma, reproduzindo-o. Apenas em parte e inicialmente será o medo que congela as reacções das pessoas na denúncia das fontes traumáticas. É principalmente o esquecimento forçado das vítimas e a ignorância condescendente ou interesseira das sociedades que prolonga e transmite o trauma, social e inconscientemente, incluindo através das gerações. Esquecimento interrompido por revoltas, quando são capazes de formular denúncias e reivindicações, e por revoluções, quando novas ideologias passam a dominar as sociedades.

# Trauma, segredos e identidades sociais

As fontes de traumas são, também, fontes de identidades sociais (Girard, 1978). É ao nível do inconsciente, ao nível da gestão das emoções, das relações íntimas entre as pessoas e os diferentes níveis sociais com que se confrontam e de que são parte, que se jogam efeitos políticos e económicos, tacitamente aprendidos pelas diferentes classes sociais que cooperam contraditoriamente na construção das instituições. Instituições de segurança e comunicação social, bem como instituições escolares e hospitalares, instituições de vigilância, todas produzem e servem segredos dos poderosos, isolados dos restantes por níveis de informação inacessíveis ao comum dos mortais (por efeito acessos condicionados e de linguagens herméticas, de que as científicas são apenas exemplos).

As populações humanas relacionam-se com os traumas incorporando-os, normalizando-os, traduzindo-os em identidades sociais contrapostas entre si, como as religiões, as nacionalidades, as famílias, as profissões, descritas como resultados e organizações de lutas sociais pela sobrevivência, pela moral e pelo reconhecimento público. Relacionam-se ainda com os traumas, e ao mesmo tempo, através da organização de segredos sociais, que os escândalos revelam de quanto em vez, para logo voltarem ao estado mais ou menos inconsciente. Segredos de classes dominantes, de administração, de práticas institucionais, de hábitos, de que os abusos sexuais de crianças são, actualmente, os mais controversos, que a Igreja Católica utilizou de forma tão profunda que lhe afectou a própria identidade.

O poder e os segredos que estabilizam a diferenciação dos diferentes níveis sociais tem o efeito de omitir e desviar a atenção devida aos traumas, se deles quiséssemos e pudéssemos cuidar. São usados processos de identificação entre as populações e os poderosos para censurar e omitir a dolorosa tomada de consciência dos traumas, que melhor ficam – no imediato – sob o manto diáfano do segredo. As vítimas mais directas, por sua vez, banhadas nesse secretismo subordinado aos poderes do dia, sofrem nos seus próprios corpos a violência da censura social face a certos traumas estratégicos para a produção de identidades de superioridade social.

Os abusos sexuais de crianças, por exemplo, apesar dos escândalos das últimas décadas, não deixaram de ser praticados nos mesmos quadros institucionais, como nas famílias e na internet, mas também em alguns espaços religiosos e de acolhimento de crianças e jovens em risco (AAVV, 2013; Dores, 2013). Só admira a ciosidade com as instituições cuidam de manter vivos os traumas sociais porque as populações consideram apenas os valores faciais auto-declarados pelas instituições e admitem como excepcionais os valores secretos. Tais valores secretos afectam também os próprios membros das instituições, incluindo os que não estão envolvidos em práticas socialmente degradantes. Apesar de conhecerem tais práticas, por via testemunhal ou por ouvir dizer, inconscientemente remetem-nas para casos excepcionais e singulares em vez de as considerarem como estruturantes. Também as ciências sociais não questionam os segredos sociais, porque, como qualquer outra instituição, não estão em condições de o fazer sem se colocar a si mesmas vulneráveis as escândalos: escândalos de que são recorrentemente vítimas os denunciantes e que, também, isolam socialmente todas as pessoas envolvidas em práticas que deveriam ser segredo.

Com a auto-proclamação da crise identitária da Igreja Católica a respeito dos abusos sexuais, equivalente à assunção de culpas nacionais alemãs pelo nazismo e pelo Holocausto, pode saber-se como os segredos são institucionalmente produzidos, por exemplo através de destruição de documentos. Ora, isso não poderia acontecer caso a própria Igreja não tenha considerado ser boa política retocar a sua história futura, protegendo-a da possibilidade de se interpretar os abusos sexuais não como meros episódios isolados, mas como prática instituída em segredo. Uma vez destruídos os documentos, não se pode reconstituir a especificidade dos factos neles registados. Apenas se pode assumir, em geral, que os abusos sexuais eram e continuam a ser uma prática identitária na Igreja, que a vontade do Papado de a abolir não é suficiente para obter esse resultado.

Poderá a Igreja sobreviver ao trauma do abuso sexual de crianças? Não se sabe quanto tempo – podem ter sido centenas de anos (Sigaut, 2014:27´) – a Igreja se identificou inconscientemente com tais práticas secretas. Por serem secretas, como será possível assegurar que tais práticas foram efectivamente abolidas?

Os exemplos de outros processos de abolição, como os da escravatura, das condenações de delitos de consciência, dos genocídios, das penas degradantes da condição humana, não auguram soluções fáceis e menos ainda imediatas para identidades degradadas pela imoralidade em que se fundam. Embora, sem dúvida, não seja de bom tom presumir a ineficácia das lutas contra os traumas, pela desmotivação que isso pode causar nas pessoas e nas instituições reparadoras dos traumas, há que admitir a vantagem de ter uma visão de conjunto (em vez de se deixar afundar em juízos particularistas que abandonam os problemas sociais, as características identitárias do trauma, aos segredos sociais). Tal visão de conjunto só será viabilizada pela institucionalização de práticas socialmente reconhecidas de identificação de práticas sociais secretas para estudo integrado nas práticas identitárias, fora do quadro do regime do direito criminal.

O direito criminal caracteriza-se, precisamente, pela ordem primária de delimitar casos de polícia, concebendo-os com exteriores às práticas sociais habituais e como meras consequências excepcionais da emergência da maldade causada pelo mau carácter de alguém isolado socialmente. O direito criminal é a tradução institucional da produção social de segredos protectores de identidades sociais. As ciências sociais são contraditórias com esta abordagem conceptual, mas, ao mesmo tempo, subordinam-se a ela. Como veremos adiante.

A extrema violência organizada pelos estados, reforçada pelas instituições e pelas sociedades a diferentes níveis, aterroriza as pessoas de diferentes maneiras. Em modo de negação, quando as pessoas se identificam com os estados ou as instituições, como seus cidadãos ou trabalhadores protegidos. De um modo traumatizado, quando as pessoas sentem serem alvos a atingir pelos próprios estados e sociedades a que pertencem, guardando para si esse segredo para evitar mais estigmatização. A estratégia do polícia bom e do polícia mau, dos serviços sociais e da repressão pela força, dos apelos à concórdia por quem organiza a guerra, têm efeitos de criar a dúvida entre as populações, incluindo os alvos mais directos da violência, que, perante o gigantismo das tarefas de organização da oposição aos poderes estabelecidos, preferem frequentemente resignar-se e considerar tal poder como positivamente protector (Graeber, 2011:163), qual síndrome de Estocolmo, subordinando-se aos seus carrascos (Gemma, 2008).

A exploração das pessoas umas pelas outras, ao longo de gerações, e as dificuldades de organização das lutas contra a exploração dos chamados recursos humanos, decorre dos riscos de revitimização que espoletem traumas adormecidos e que, tacitamente, as vítimas sabem serem profundamente desumanizantes (Levi, 2013). A esperança da unidade das vítimas contra a sua exploração tem sido, sistematicamente, dispersa e iludida pelas mesmas instituições que reproduzem o trauma, manipulando as identidades sociais e pessoais. Não é preciso oferecerem aos funcionários e trabalhadores colaborantes níveis de vida acima dos riscos de vitimação, embora isso ajude a fidelização. A manipulação das identidades sociais, através de classificações de profissões, organização de carreiras, conceptualização do trabalho como sendo exclusivamente uma actividade assalariada, de organização social e jurídica de estatutos diferenciados de classe, entre funcionários, trabalhadores e administradores, ou entre analistas simbólicos, trabalhadores de rotina e prestadores de serviço, como prefere Robert Reich (1991), através da concertação social e a análise social, causa o efeito das pessoas, mesmo quando estão socialmente organizadas, não questionem as finalidades implícitas das organizações em que trabalham. Tomam por certas as finalidades explícitas, decorrentes da propaganda comercial e política favorável à persistência dos mecanismos de exploração, e recusam-se a reconhecer as finalidades implícitas, sobretudo se são perversas.

Por exemplo, os assalariados modernos estão convencidos de o trabalho ser sempre penoso e sacrificado. Trabalhar como amor, por exemplo para cuidar uns dos outros, deve ser gratuito para ser “verdadeiro”. Isto é, o trabalho assalariado não é verdadeiro, e por isso reclama salário e segredo social sobre a distância de classe e organizacional que separa as pessoas umas das outras na ordem moderna, racional, fria, económica. De onde, fazer política moderna é não ser verdadeiro, mas antes defender os seus interesses particulares, fazendo segredo das emoções (das mulheres, das crianças, dos velhos, dos pobres e dos excluídos em geral, com os trabalhos de cuidar uns dos outros e de construir identidades pessoais capazes de darem sentido à vida).

A liberdade que separa o estatuto cívico de um assalariado da de um escravo é de realizar sacrifícios laborais para manter essa liberdade nos seus tempos de lazer, entretanto transformados em obrigações de consumo e reduzida à competição social pela sobrevivência.

O reconhecimento de um assalariado como profissional (com alguns graus de liberdade, na condição de subordinação acrítica às finalidades implícitas e aos segredos de estado e empresariais), no quadro da competição imaginada como natural, torna-se um estatuto social capaz de estimular suficientemente a auto-estima para justificar a protecção dos segredos dos respectivos clientes. As organizações profissionais organizam socialmente o prestígio identitário das respectivas profissões, incluindo a protecção dos segredos sociais dos seus clientes e das instituições onde trabalham.

# Gerações e respectivos estados de espírito

Os traumas estruturantes das sociedades e das identidades sociais reproduzem-se entre gerações, como o mostram a estabilidade dos segredos sociais e das instituições. Com o desaparecimento revolucionário de sociedades inteiras, como com a derrota militar alemã e japonesa na II Grande Guerra, a democratização de Portugal ou o desaparecimento da União Soviética, alguns dos segredos das instituições e das identidades sociais passam a poder ser acedidos sem risco de vitimação. Mas, ao mesmo tempo, alguns deles recompõem-se da mesma forma ou equivalente nas vida actuais, por exemplo através do revivalismo, como o inscrito no slogan político em voga “voltar a ser grande outra vez”.

A história, na medida em que também é, de certo modo, incompatível com as ciências sociais (quase sempre sincrónicas), compõe cenários estranhos, em que alguns dos segredos dominantes noutras épocas se revelam quase sempre descontextualizados do seu tempo. Os estados de actuais são diferentes dos vividos em épocas anteriores, por outras gerações. Por exemplo, o anti-semitismo tornado politicamente explícito na II Grande Guerra ficou descrito como uma característica alemã da época. Estigmatizou-se os derrotados e ilibou-se os vencedores dos processos de estigmatização xenófoba organizados pelos estados nessa época, em todo o ocidente (só um exemplo: a concentração dos nipo-americanos em campos de concentração nos EUA, durante a guerra). A xenofobia e o anti-semitismo continuaram a marcar a vida moderna, em segredo, como se não fossem assunto sério. O racismo institucional, porém, pode ser evidenciado nas práticas do estado nos bairros populares e nas cadeias. Semelhantemente, estigmatizaram-se os gulag soviéticos (Solzhenitsyn, n.d.), como violência típica dos comunistas, e faz-se segredo dos gulag ocidentais (Christie, 2000). Pode dizer-se que a sociedade moderna não aprendeu a desidentificar-se das práticas sacrificiais e genocidas que têm caracterizado secretamente a modernização, justificando todas as violências intencionalmente promovidas pelos estados aliados entre si, como a exclusão dos imigrantes e refugiados, em moda faz décadas na política ocidental. Esse aspecto até recentemente secundarizado da política tornou-se o centro da divisão dos eleitores.

As sociedades produzem estruturas mentais partilhadas que resistem à prova do tempo. Em grande medida porque tais estruturas estão protegidas por segredos sociais capazes de, ao mesmo tempo, serem reconhecidas e respeitadas e negadas na sua perversidade endémica. Resistem ao tempo longo, integradas em civilizações, como as organizadas por impérios. Resistem ao tempo de uma vida, mesmo quando há gerações críticas, como aconteceu nos anos sessenta do século XX.

Podem-se identificar traços geracionais que caracterizam grupos etários, na nossa época, como os próprios do *baby boom*, a aumento demográfico no ocidente, após o fim da II Grande Guerra, os *yuppies*, a geração entusiasmada com o *managerialismo* que se lhe seguiu, e os *millennial*, os que nasceram depois da mudança do milénio.

Tabela 1. Características diferenciadoras de gerações

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | Baby Boom  | Yuppies | Millennial |
| Ideal de vida | cultural | profissional | digital |
| Revolução | costumes  | tecnológica  | em rede |
| Direito  | disciplinador | engenharia | em reconstrução |
| Profissão | identidade | carreira | currículo vitae |

A coexistência das gerações gera saudades, sentimentos revivalistas, a) do mítico tempo em que as leis eram para serem cumpridas e não haveria corrupção – o que tem justificado o branqueamento das violências nazi-fascistas, na ânsia de que a vida mude; b) do mítico tempo em que a concertação social da luta de classes incluía integrava toda a sociedade – que tem servido de justificação para políticas da esquerda; c) do tempo em que a estabilidade ambiental era um problema político mantido em segredo – segredo cada vez mais inquietante, com a experiência de episódios climáticos extremos por todo o mundo.

O novo choque de gerações, muito diferente do dos anos 60, é melhor representado pelas circunstâncias de serem os reformados quem está em melhores condições para ajudar as gerações mais novas, cujas perspectivas de vida são precárias, profissional e ecologicamente. Quando o respeito pelos direitos trabalhistas e humanos entraram em recuo, não defendidos pela democracia que parece preferir degradar-se a recompor as condições sociais de subsistência que a tornam viável.

Se há um pano de fundo de grande fôlego, que atravessa todas as gerações modernas, a que podemos chamar espírito imperial, que se renova politicamente através da mobilização de mitos nacionalistas, há também estados de espírito geracionais, decorrentes das experiências particulares de cada geração na sua relação com as famílias, o trabalho, a mobilidade geográfica, a participação política, com os imaginários divulgados socialmente, através de histórias tradicionais ou através de propaganda comercial. A luta de classes, por exemplo, era mais evidente no século XIX do que actualmente e, por isso, mediada pelos estados de espírito nacionais e geracionais, têm impacto diferente hoje e nesse tempo.

Usando a teoria de Sainsaulieu (1988), o espírito de fusão identitária e social próprio dos operários que trabalham e vivem juntos perdeu a sua hegemonia nos países centrais, quando entraram em deslocalização industrial, e transferiu-se para os lugares onde se instalaram novas industrias, entretanto em condições de vida laborais mais desumanizadas dos que as praticadas no ocidente. Situação cuja retroacção o próprio ocidente passou a sentir, com a concorrência globalizada, e continua a sentir. O espírito de competição pluralista, típico dos trabalhos de escritório e das profissões, tornou-se mais influente, mesmo entre os trabalhadores desqualificados e precários.

# As ciências sociais

As ciências sociais, enquanto instituição, participam do poder (Foucault, 1999b) e, ao mesmo tempo, sofrem, ao mesmo tempo intencional e inconscientemente, a respeito das práticas dominantes (Okamoto, 2016; Oliveira, 2001). A liberdade de tradição aristocrática dos autores modernistas do século XIX institucionalizou-se como subordinação aos interesses dos financiadores das ciências sociais, no pós-guerra (Coser, 1956:18-29). O pluralismo pragmático derrotou e afastou o holismo dialético (Schofield, 2018), como paradigma científico. Mostrou-se mais adaptado à produção científica profissionalizada cada vez mais centralizadamente financiada e controlada, em função de interesses industriais globalizantes.

As lutas pela liberdade de pensamento, em ciências sociais, foram canalizadas para espaços especializados, em luta com as concepções dominantes, nomeadamente as que são divulgadas nas escolas e no âmbito dos processos de profissionalização, reduzidas num mar de hiperespecializações.

A contradição entre os saberes hiperespecializados, centrípetos, profissionais, e a ambição de exploração industrial radical da Terra, centrífuga, imperial, tem vindo ser gerida pelas redes de estados nacionais, organizadas intencionalmente para produzir nacionalismos científicos (M. Kuhn, 2016) ao serviço das ambições imperiais, regionais ou globais, europeias ou norte-americanas; actualmente em competição com as chinesas.

Os dois principais papeis das teoria sociais profissionalizadas são a) o reforço anti-factual da concepção liberal da estanquicidade das pessoas relativamente às sociedades (Parsons, 1961:31-33), preparadas para cumprirem, integrarem, incorporarem, sofrerem, o papel de elementos de recursos humanos; b) o reforço da concepção, igualmente anti-factual, da independência das sociedades relativamente ao meio ambiente, das disciplinas das ciências sociais relativamente às ciências da natureza e, também, umas relativamente às outras, hiperespecializadas, continuando-se e reforçando-se com o isolamento do estudo das teorias sociológicas dos estudos sociais em geral (AAVV, 2018; Amaral, Branco, Mendonça, Pimenta, & Reis, 2008) e das subdisciplinas entre si (Lahire, 2012:319-356).

O sucesso do desempenho político das ciências sociais pode medir-se pela capacidade de inculcação dessas ideias mestras no inconsciente colectivo, não apenas dos profissionais, mas também da população em geral.

As teorias sociais, deste modo, reforçam as teorias racistas que imaginam parte da humanidade a integrar a natureza e outra parte da humanidade, aquela que aceita sacrificar-se ao trabalho e ao modo de vida modernos, como tendo conquistado direitos especiais (de nacionalidade, nomeadamente) tanto relativamente à natureza como relativamente aos seres humanos tratados como inferiores. O processo de modernização, promessa que nunca acaba, separa arbitrariamente da realidade observável, de forma moralística, aquilo que é apresentado como bom – o moderno – e aquilo que é representado como mau – resultado de psiques desequilibradas ou anormais ou, quando há benevolência sociológica, resultados práticos de socializações pré-modernas à espera de condições para integração ou reintegração social, através da subordinação a processos traumatizantes apresentados como necessidades para defesa da sociedade moderna (boa) dos seus inimigos externos ou internos (maus).

Deste modo, a escolha de cada pessoa, isolada para responsabilização no quadro geral da avaliação panóptica ou orwelliana ou profissional, balança entre sacrificar-se de moto próprio – a estudar e trabalhar – ou ver-lhe impostos os sacrifícios, por via da exclusão de rendimentos suficientes para sobreviver e/ou por via de punições escolares, laborais, criminais.

É certo que uma acusação de racismo às teorias sociais pode parecer empiricamente deslocada, dada a acusação mais vulgar de as teorias sociais serem geralmente de esquerda, a favor da humanização da sociedade. A alegação aqui produzida não é a de que os trabalhadores sociais e os seus professores são racistas. O que aqui se mostra é que o modo como as ciências se organizaram, a partir do pós-guerra, ao serviço da respectiva utilização para o império (os EUA desenvolveram um sistema de rentabilização da investigação fundamental e de base para fins militares e civis e são ainda os maiores investidores em ciência), desarmou-se a si mesma, teórica e metodologicamente, para quaisquer outros fins que não sejam esse serviço. Fê-lo, de resto, seguindo o caminho da ciência no seu conjunto (Damásio, 2017; Prigogine, 1996; Schofield, 2018), centrando-se em falsas concepções cartesianas de estanquicidade entre o espírito e o corpo, de normalidade do equilíbrio, da irrelevância do entendimento do que seja a vida, segundo a teoria cibernética e o behaviorismo, da impossibilidade prática de ultrapassar os limites do conhecimento actual a não ser através da tecnologia (Harari, 2018). O racismo inconsciente imputado às ciências sociais é tanto mais eficaz quanto autoriza o racismo inconsciente das populações, acompanhando racismos institucionalizados, dificilmente inconscientes, como os que são evidentes nos sistemas escolares-sociais-policiais-criminais-penais.

As ciências sociais produzem uma teoria de encobrimento dos processos de transformação da submissão (saudável) em subordinação (patológica). Essas transformações poderiam ser identificadas por estudos dos estados de espírito, os panos de fundo politico-inconscientes que fazem pensar tantas vezes que nada pode mudar, resultado da profunda repressão da imaginação resultante dos traumas sacrificiais porque todos passamos, de formas muito diferentes entre si.

As ciências sociais, em vez de estudarem o meio ambiente, fizeram de modo a encobri-lo, presumindo uma separação entre a humanidade e a Terra que, apesar de ser irrealista, é indispensável para justificar a condenação moralista dos estudos sobre as características ambientais criadas pela própria humanidade, como os estados de espírito (revolucionário, solidário, capitalista, para mencionar apenas alguns dos usados pelos autores clássicos mais conhecidos). O estudo dos estados de espírito sacrificial, da violência profissionalizada, como o espírito corporativo (tanto no sentido militar como no sentido empresarial), o espírito revivalista (usado pelos nazi-fascismos e pelos saudosistas do estado social), serão de grande importância para romper com a cegueira politicamente implantada através de traumas (escolares, profissionais) no inconsciente dos formados em ciências sociais, e, através deles e das respectivas escolas, nas sociedades modernas.

Usam uma descrição paradigmática e acrítica dos processos de individualização e de modernização (ruptura com as comunidades) como processos naturais positivos (de libertação do individuo), desconsiderando a extrema violência utilizada pelos estados (subordinação da força de trabalho e da natureza). A violência libertadora, ou democrática ou ocidental, contra os inimigos da individualização, é apresentada como desejável e edificante (Wieviorka, 2005). Não se admite outra apreciação do processo de individualização que não seja positivo do ponto de vista da evolução, a ponto de uma vez conquistado o terceiro estado de possibilidades cognitivas (Comte) tudo o resto anteriormente usado dever ser cognitivamente abatido (revolução científica imperial descrita por Schofield (2018)), incluindo a religião e, na verdade, todo o saber que não seja aquele certificado pelo centro de poder modernizante.

Não se alega aqui que haja um processo intencional dos cientistas para ludibriar o conhecimento. Como explicou Kuhn (1970), a maior parte dos cientistas e das práticas científicas são normalizadas, não tratam de questões fundamentais, assumidas inconscientemente, tacitamente, como o que a ciência é – aquilo que o autor chamou paradigma. O que se alega é que a penetração das práticas de gestão da ciência e da sua profissionalização desenvolveu práticas intencionais de favorecimento das práticas científicas de tipo normal e de repressão das práticas cognitivamente revolucionárias.

As políticas utilitárias que foram desenhadas por Bentham e divulgadas criticamente por Foucault (1975), como expressão dos desejos de controlo universal por parte do estado arquitectonicamente apresentados sob a forma de penitenciárias, que Foucault traduziu por disciplina, podem ver-se realizadas nas políticas de ciência actuais.

Esta estratégia de controlo das ciências sociais não surgiu no período entre guerras, mas é nesse período que se afirma de forma profissional, correspondendo à intromissão cada vez mais profunda dos gestores de ciência na vida científica, para rentabilizar a nível militar, primeiro, e económico, logo a seguir, os conhecimentos úteis à luta pela hegemonia política entre estados, de que os EUA saiu o vencedor do lado ocidental e, mais tarde, da Guerra Fria.

As ciências sociais conseguiram melhores condições de expansão e profissionalização numa era marcada pela subordinação aos interesses gerais da exploração, depois do fim da União Soviética, na chamada globalização. Globalização designa também o processo ideológico de encobrimento da centralidade dos estados na diferenciação da vida política, da vida económica e da subsistência das sociedades. A parte da sociedade intencionalmente insuficientemente servida pelos mercados de bens essenciais é tratada, convenientemente, por comunidades. Resquícios da natureza ainda não socialmente integrados, constituindo a demonstração da necessidade de recurso à violência do estado, não apenas para adestrar os recursos humanos mas também para submeter a natureza à propriedade privada (Acosta, 2013).

Uma das principais consequências da violência de conformação individualista modernizadora é o alheamento provocado mentalmente em todos, de forma eficaz, do que sejam os contextos de actuação dos sujeitos da acção. Isso é sobretudo evidente nos processos judiciais, em que os tribunais reduzem a casos isolados aquilo que são chamados a julgar. Mas também as ciências sociais usam a mesma técnica, separando as pessoas das sociedades (Damásio, 2017:43), o humano da natureza, a mente do corpo, etc. Tal uso é de tal modo cognitivamente aberrante que inviabiliza qualquer relação conceptual entre direito e teoria social: o direito julga comportamentos individuais e a teoria social não é capaz de imaginar o social sem ter em conta dois ou mais indivíduos. Por isso, a psicologia pode profissionalizar-se no mundo forense, mas as restantes ciências sociais (Foucault, 1999a), incomunicantes entre si, não são utilizadas.

O estudo dos contextos naturais e emocionais dos processos de socialização é descartado das ciências sociais (como das ciências naturais) normais. A face (Dores, 2017), como interface entre o orgânico e o social, como o trauma, tornam-se objectos não identificáveis pelas teorias sociais. Tornam-se segredos cognitivos que impedem o estudo da produção, natural e social, das identidades e da sucessão de gerações, que constituem o processo evolutivo singular da espécie humana.

O surgimento de uma nova luta de gerações, depois da que aconteceu nos anos sessenta, é a demonstração das dificuldades da ciências sociais darem conta da experiência existencial humana. Quando o estado de espírito da geração *baby boom* jovem adulta se tornou inconformada com a resignação burocrática da geração anterior, a que reconstruiu da destruição radical a Europa, imaginou um futuro de sexo, drogas e *rock&roll*, sem política (Cf. *Imagine* de John Lennon). A luta de gerações actual é bem diferente: a geração *baby boom*, mal informada pelas ciências sociais, tornou-se profissionalmente *yuppie* e *workaholic*, aceitou a deslocalização industrial como solução dos problemas ambientais, apenas porque imaginou que as fronteiras poderiam contê-los, como retêm mercadorias. As novas gerações fazem processos de desobediência contra as políticas destruidoras do ambiente e da esperança de viver bem, por exemplo, em torno da jovem Greta Thunberg.

Referências:

AAVV. (2013). *Transformative justice*. S. Francisco. Retrieved from http://www.generationfive.org

AAVV. (2018). O ensino das teorias sociológicas em debate – Simpósio da ESPP. In P. Guibentif (Ed.). Lisboa: ISCTE-IUL. Retrieved from http://cadeiras.iscte-iul.pt/TS3/ts2\_lk\_Simposio\_2018\_prog.htm

Acosta, A. (2013). *El Buén Vivir - Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos*. Barcelona: Icaria&Antrazyt.

Amaral, J. F. do, Branco, M., Mendonça, S., Pimenta, C., & Reis, J. (2008, December 3). Ciência económica vai nua. *Público*. Lisboa. Retrieved from http://www.publico.pt/opiniao/jornal/a-ciencia-economica-vai-nua-286514

Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1970). *La Reproduction : éléments d’une théorie du système d’enseignement*. Paris: éditions de Minuit.

Christie, N. (2000). *Crime Control as Industry - Towards Gulags, Western Style* (3rd ed.). London: Routledge.

Clark, G. (2014). *The Son Also Rises*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.

Collins, R. (2008). *Violence: A Micro-sociological Theory*. Princeton: Princeton University Press.

Collins, R. (2013). Micro and Macro sociological causes of violent atrocities. *Sociologia Problemas e Práticas*, (71), 9–22. https://doi.org/10.7458/SPP2013712327

Coser, L. A. (1956). *The Functions of Social Conflict*. NY: Free Press.

Damásio, A. (2017). *A estranha Ordem das Coisas – a vida, os sentimentos e as culturas humanas*. Lisboa: Circulo de Leitores.

Diamond, J. (2008). *Colapso - ascensão e queda das sociedades humanas* (1a edição). Lisboa: Gradiva.

Dores, A. P. (2013). Para uma Justiça Transformativa. Retrieved November 10, 2014, from http://home.iscte-iul.pt/~apad/justica transformativa/

Dores, A. P. (2017). *Oferecer a face – tabus e caminhos das ciências sociais*. Beau Bassin: Novas Edições Académicas.

Foucault, M. (1975). *Surveiller et punir : naissance de la prison*. Paris: Gallimard.

Foucault, M. (1999a). *Les anormaux*. Paris: Gallimard, Le Seuil.

Foucault, M. (1999b). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Gemma, Z. (2008). *En el corazón del infierno - documento escrito por un Sonderkommando de Auschwitz - 1994*. Barcelona: Anthropos.

Girard, R. (1978). *Des Choses Cachées Depuis la Fondation du Monde*. Paris: Éditions Grasser et Fasquelle.

Graeber, D. (2011). *Debt – the First 5000 Years*. NY: Melville House Publishing.

Harari, Y. N. (2018). *Homo Deus; História Breve do Amanhã*. Lisboa: 20/20 Editora, Elsinore.

Illich, I. (2018). *Para uma História das Necessidades*. (J. C. C. Marques, Ed.). Águas Santas: Edições Sempre-em-pé.

Jacobson, J., Heard, C., & Fair, H. (2017). *PRISON: Evidence of its use and over-use from around the world*. London. Retrieved from http://prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/global\_imprisonment\_web2c.pdf

Kuhn, M. (2016). *How the Social Sciences Think about the World´s Social - Outline of a Critique*. Stuttgart: Ibidem. Retrieved from https://www.kobo.com/us/pt/ebook/how-the-social-sciences-think-about-the-world-s-social-1

Kuhn, T. S. (1970). *La structure des révolutions scientifiques*. Paris: Flammarion.

Lahire, B. (2012). *Monde pluriel. Penser l’unité des sciences sociales*. Paris: Seuil.

Levi, P. (2013). *Se isto é um homem* (10a). Lisboa: Teorema.

Lyon, D. (2001). *Surveillance Society*. Open University Press.

Marcuse, H. (1991). *One-Dimension Man* ([1964]). London: Routledge & Kegan.

Nunes, A. (2003). *Neo-liberalismo e Direitos Humanos*. Lisboa: Caminho.

Okamoto, K. (2016). *Academic Culture: An Analytical Framework for Understanding Academic Work - A Case Study about the Social Science Academe in Japan*. Stuttgart: Ibidem.

Oliveira, L. (2001). Desafios à Universidade: comercialização da ciência e recomposição dos saberes académicos. *Sociologia Problemas e Práticas*, (34).

Orwell, G. (1949). *1984* (first edit). London: Secker & Warburg.

Palidda, S., & Garcia, J. Á. B. (Eds.). (2010). *Criminalización racista de los migrantes en Europa*. Granada: Comares Editorial.

Parsons, T. (1961). An Outline of Social System. In T. Parsons, E. Shils, K. Naegele, & J. Pitts (Eds.), *Theories of Society*. NY: Free Press.

Prigogine, I. (1996). *O Fim das Certezas*. Lisboa: Gradiva.

Reich, R. B. (1991). *O Trabalho das Nações*. Lisboa: Quetzal.

Robben, A. C. G. M. (2008). *Pegar donde más duele – violencia política y trauma social en Argentina*. Barcelona: Anthropos.

Sainsaulieu, R. (1988). *L´Identité au Travail: les Effects Culturels de l´Organization*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

Schofield, J. (2018). *The Real Philosophy of Science*. Smashwords.

Sigaut, M. (2014). 1789 n’a jamais été la révolte du Peuple ! Retrieved January 6, 2019, from https://www.youtube.com/watch?v=actI18L8\_Qo

Solzhenitsyn, A. (n.d.). Arquipélago Gulag.

Wacquant, L. (2000). *As Prisões da Miséria*. Oeiras: Celta.

Wieviorka, M. (2005). *La Violence*. Paris: Hachette Littératures.